

Bierrenbach (E) é relator da Comissão. Nunes (C) é presidente e

# Comissão da Constituinte estuda candidatura avulsa

**Brasília e São Paulo** — A Comissão Mista do Congresso que examinará a mensagem de convocação da Assembléia Nacional Constituinte discutiu, em sua sessão de instalação, a idéia de candidaturas avulsas. A sugestão foi feita pelo Governador Franco Montoro, em conversa pelo telefone com o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), que a levou ao Deputado João Gilberto (PMDB-SC), integrante da Comissão.

— A Ordem dos Advogados do Brasil e a Igreja sempre defenderam o princípio de que todos os constituintes fossem avulsos. Com eu penso que o ideal será ter representantes avulsos e constituintes partidários, poderiam ser eleitos cerca de 100 representantes com mandato exclusivo para as tarefas constituintes — explicou João Gilberto.

## Sugestões

Pimenta da Veiga disse que a preocupação do Governador paulista é com a diminuição das distorções existentes no sistema de representação proporcional atualmente em vigor, compensando a inferioridade dos Estados do Sul, que têm um número de deputados menor que os do Nordeste.

Após a instalação, a Comissão mista elegeu seu presidente, Senador Helvídio Nunes (PDS-PI); vice-presidente, Deputado Oscar Correa Júnior (PFL-MG) e designou o relator, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP). Iniciados os trabalhos, o Deputado Siqueira Campos (PDS-GO) tentou interrompê-los, sob a alegação

de inconstitucionalidade da mensagem enviada pelo Presidente José Sarney ao Congresso.

“Não há nenhuma ruptura de ordem jurídica no país”, alegou o parlamentar. “Nem o Presidente Sarney é chefe de um poder revolucionário, nem o Congresso tem poderes revolucionários. Não é possível que decisões importantes sejam elaboradas pelas elites, em poucos gabinetes”. O Deputado goiano pediu a realização de um plebiscito, em 15 de novembro de 1986, para que o povo legitime a convocação da Constituinte.

Já o Deputado Pedro Colin (PFL-SC) sugeriu que a eleição para a Assembléia Constituinte seja desvinculada das eleições para os governos estaduais. O relator da Comissão Mista gostou da idéia e entende que assim a Nação poderá participar mais intensamente da campanha e da discussão em torno da Constituição.

A eleição dos constituintes em 1º de fevereiro do próximo ano e a instalação da Assembléia Nacional no dia 21 de abril será a proposta que o PT defenderá no Congresso, segundo decisão tomada, ontem, em reunião da Executiva Nacional do partido. Para o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, a proposta do Governo “não tem conteúdo democrático”. Lula acha que a Constituinte deveria começar a atuar em abril “para que os novos congressistas, eleitos em 1986, tenham uma nova Constituição”.

## Alves é a favor de anteprojeto

Ao falar na IV Conferência dos Advogados do Estado do Rio — este ano denominada “Congresso Tancredo Neves” —, o Ministro Aluizio Alves defendeu a tese de que a comissão constitucional, presidida pelo professor Afonso Arinos, deve elaborar um anteprojeto que sirva de esboço para a nova Constituição.

Ele — que participou do painel “40 anos depois: o depoimento dos constituintes”, juntamente com escritor Gilberto Freyre, o Senador Luís Viana Filho (PDS-BA) e o ex-Ministro José de Segadas Viana — entende que “é melhor ter um ponto de partida do que nenhum, como aconteceu com a Constituinte de 1946”. A idéia do anteprojeto tem a solidariedade de Luís Viana e a desconfiança de Segadas: “Temo que não se faça um bom

projeto”, disse. Freyre não concorda e a considera “um ponto de vista arcaico e errado”.

Segadas Viana tem ainda outro receio: o do desconhecimento da maioria do povo sobre o que é uma Constituinte. Acha que ela foi convocada num momento inadequado. Já Aluizio Alves não quer que a próxima Constituinte repita a de 1946. Ou seja, que tenha um texto democrático, mas mantenha as práticas autoritárias.

Gilberto Freyre entende que a coisa mais importante da futura Constituinte será a participação popular: “É preciso entender que a Constituição não é apenas jurídica e política, mas social, no sentido mais abrangente da palavra”.

ANC 88  
Pasta 08/85  
031/1985